

ESTÁGIO: A CONSTRUÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA SIGNIFICATIVA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

INTERNSHIP: BUILDING A SIGNIFICANT PHYSICAL EDUCATION EXPERIENCE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Jaciara Oliveira Leite 1

Renato Bastos João 2

Resumo: Este texto tem por objetivo apresentar reflexões em torno da relação entre Educação Física e Educação Infantil a partir de um relato de experiência que versa sobre a construção da disciplina de estágio obrigatório “Educação Física na Educação Infantil” no currículo do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade de Brasília (FEF/UnB). O relato consiste em uma reflexão crítica acerca da constituição da referida disciplina em três formatos, quais sejam: ensino presencial, ensino remoto e ensino híbrido. Destacam-se os limites, contradições e avanços, advindos dos condicionantes históricos e sociais, expressos na disciplina e a importância do estágio para a formação de professores/as de Educação Física. **Palavras-chave:** Estágio. Educação Física Escolar. Educação Infantil.

Abstract : This text aims to present reflections on the relationship between Physical Education and Early Childhood Education from an experience report that deals with the construction of the discipline of mandatory internship “Physical Education in Early Childhood Education” in the curriculum of the undergraduate course in Physical Education of the University of Brasilia (FEF/UnB). The report consists of a critical reflection on the constitution of the aforementioned discipline in three formats, namely: classroom teaching, remote teaching and hybrid teaching. The limits, contradictions and advances, arising from the historical and social conditioning, expressed in the discipline and the importance of the internship for the formation of Physical Education teachers.

Keywords: Internship. School Physical Education. Child Education.

Licenciada em Educação Física pela Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF/UnB). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UnB). Docente da FEF/UnB, membro da Comissão de Estágio do Curso de Licenciatura da FEF/UnB.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1525138018891455>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9471-3105>.
E-mail: jaciara.leite@unb.br 1

Licenciado em Educação Física PELA FEF/UnB. Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pelo Instituto de Psicologia da UnB. Docente da FEF/UnB, membro da Comissão de Estágio do Curso de Licenciatura da FEF/UnB.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3714428014934338>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4096-3253>.
Email: renatobastosj@unb.br 2

Introdução

A Educação Física (EF) constitui-se como um campo do conhecimento que se articula, concomitantemente, às Ciências da Saúde e às Ciências Humanas e Sociais. Do ponto de vista da EF no contexto escolar, ela está presente nos currículos desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN) em 1961 como uma prática e somente se consolida como componente curricular obrigatório da Educação Básica na LDBN de 1996, em seu artigo 26.

A EF escolar e os cursos de formação de professores/as foram marcados historicamente pelas influências das instituições médica e militar na definição de seus conteúdos, metodologias de ensino e na relação professor-aluno. Isso trouxe para o campo uma prática pedagógica que era pautada, muitas vezes, no tecnicismo e no esporte como conhecimento privilegiado.

No período de redemocratização do Brasil, essa configuração começa a sofrer questionamentos e a provocar a construção de novas perspectivas. No bojo das discussões sobre a função social da escola, o campo da EF escolar passa por um processo de disputas e críticas a partir do que ficou conhecido como “Movimento Renovador” e a constituição de “teorias progressistas da EF”. Tais perspectivas, que se balizam em diferentes matrizes epistemológicas, têm em comum a ampliação dos conhecimentos para além do esporte, incluindo a dança, ginástica, jogos e brincadeiras, capoeira, circo entre outros. E, além de propiciar vivências corporais, buscam problematizar os aspectos históricos, políticos e econômicos concernentes a essas manifestações culturais (BRACHT, 1999).

No que concerne à educação formal de crianças, essa também sofreu historicamente a influência da instituição médica e, por muito tempo, esteve vinculada aos órgãos de assistência social e às entidades religiosas. É importante ressaltar que durante longo período da nossa história, as crianças eram vistas como objeto, contraditoriamente, de preocupação por parte da instituição médica e de abandono pelo Estado, especialmente, no caso das crianças das classes populares (KUHLMANN JR., 2000)

No bojo dos avanços em relação ao pensamento crítico no período de redemocratização, há por parte dos movimentos sociais, sindicatos e universidades a defesa dos direitos sociais, com destaque para a compreensão das crianças como sujeitos de direito na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Tais legislações representam uma quebra de paradigma no que diz respeito à concepção de criança e, por conseguinte de educação, impactando nas legislações subsequentes como é o caso do reconhecimento da Educação Infantil (EI) como primeira etapa da Educação Básica na LDBN de 1996, no artigo 29.

É possível refletir, a partir dessa breve contextualização, que as mudanças ocorridas no que tange aos campos da Educação, da EI, da EF escolar, bem como a nova concepção de criança que se apresenta vão, paulatinamente, refletindo na escola e nos currículos dos cursos de formação de professores/as, em especial, no componente curricular que dialoga mais diretamente com a instituição escolar: o estágio.

Diante do exposto, este texto tem por objetivo apresentar reflexões em torno da relação entre EF e EI a partir de um relato de experiência que versa sobre a construção da disciplina de estágio obrigatório “Educação Física na Educação Infantil” no currículo do curso de licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF/UnB).

O currículo da FEF/UnB e a disciplina de estágio: aspectos históricos e normativos

Um currículo estabelece relações profundas com o trabalho e com a condição docente e, por isso mesmo, é um “território em disputa” que envolve políticas, diretrizes e normas, além dos próprios profissionais do conhecimento (ARROYO, 2013). Nesse sentido, ele não é neutro e reflete o contexto social em que está inserido (APPLE, 2006), constituindo-se como uma construção sempre inacabada, de forma dinâmica, a partir de diferentes instâncias e por diferentes sujeitos (SACRISTÁN, 2013). A construção dos currículos do curso de licenciatura em EF da UnB revelam bem tais disputas e como elas atravessaram ao longo da história a formação de professores/as e a própria disciplina de estágio.

O curso de licenciatura em EF da UnB nasceu no ano de 1972. A formação era basea-

da no conceito de currículo mínimo, como era previsto nos dispositivos legais da época, e se constituía por três componentes curriculares básicos: “conhecimentos gímnico-desportivos”, que correspondiam a 60% da carga horária, “conhecimentos biomédicos” e “conhecimentos pedagógicos”, sendo que esses dois últimos componentes representavam 40% do total de horas do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2016). Destacava-se “[...] a reprodução do paradigma de treinamento de atletas, no âmbito da formação de professores de EF na UnB” (*Ibidem*, p. 12).

Já no período de abertura política do país após duas décadas de ditadura, o currículo da FEF/UnB sofreu sua primeira revisão, em 1988. Além do aumento na carga horária, o currículo passou a ser de cunho generalista, abrangendo dois aspectos: o “humanístico” (conhecimento “filosófico”, da “sociedade” e do “ser humano”); e o “técnico” (competências para planejar, executar, orientar e avaliar atividades relacionadas com a Educação Física e os esportes, tanto na escola como fora dela) (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2011).

Naquele contexto, o estágio obrigatório tinha campos de atuação diversos que buscavam englobar a diversidade que compreende a prática profissional da EF, tais como: escolas, clubes, academias, entre outros. Do ponto de vista da experiência com a escola, essa não era obrigatória, já que ficava à critério de cada estudante a escolha da instituição onde seria realizado o estágio. Isso criava a possibilidade da ausência de estágio na instituição escolar durante a formação, o que analisamos como sendo uma lacuna da proposta curricular e que, possivelmente, impactava no trabalho docente do/a egresso/a que passasse a atuar na escola.

Entendemos ainda que tal configuração expressava a ausência de um projeto claro voltado para a formação de professores/as que tivesse como foco, também, a escola e, ainda, certa fragilidade nas relações institucionais entre FEF/UnB, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e as instituições educativas, já que ficava a cargo de cada estudante a escolha do campo e o cumprimento do processo burocrático.

Após algumas revisões curriculares, a formação superior na FEF/UnB, assim como em outros cursos no Brasil, passaria por transformações profundas baseadas em novos dispositivos legais, a saber: no ano de 2002 entra em vigor as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP 1, 2002) instituídas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE; e, no ano de 2004, a Resolução CNE/CES 07/2004 e o Parecer CNE/CES 058/2004 estabelecem a fragmentação da licenciatura ampliada a partir da criação de cursos de bacharelado em Educação Física.

Tal fragmentação, licenciatura e bacharelado, impactou nos cursos e currículos de EF de todo o Brasil e se consolidou historicamente como uma polêmica nos espaços de debate acadêmico e político, havendo todo um acúmulo de discussões e produção acadêmica¹ a este respeito, que por não ser objeto deste texto não aprofundaremos na questão.

A despeito da complexidade inerente à questão da fragmentação do curso e da série de impactos que trouxe para a formação e para o mundo do trabalho em EF, o advento de um curso de formação de professores/as, com foco na escola, que veio, sobretudo, a partir das DCNs da Formação de Professores para a Educação Básica (2002), pode-se afirmar, trouxe avanços curriculares para a licenciatura em EF da UnB.

A comunidade acadêmica da faculdade realiza, então, nova reforma curricular no ano 2011 e delinea o currículo que se encontra em vigor. Esse currículo prevê, a partir da referida normativa, competências pedagógicas e princípios, entre os quais se destacam: aproximação e contato direto dos licenciandos/as com a realidade escolar desde o primeiro semestre letivo; organização do eixo principal da formação centrado na vivência da docência; oferta de um programa de estágio supervisionado a partir da segunda metade do curso (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2011).

Percebe-se nas competências pedagógicas e princípios a composição de um novo paradigma de formação de professores/as de EF onde a centralidade é o viés pedagógico e a relação com a escola. Nesse período, há ainda na faculdade a contratação de professores efetivos para a área de EF Escolar por meio do REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades

1 Para saber mais, indicamos os textos de Ventura (2011) e Iora et al. (2017).

(Ministério da Educação – MEC).

Havia, então, um cenário propício para aquilo que almejava a reforma curricular, qual seja: a formação de professores de EF para atuar na Educação Básica, por meio de uma concepção crítica e socialmente referenciada (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2011).

Nesse contexto de anúncios de mudanças, como fica a disciplina de estágio no curso de licenciatura da FEF/UnB?

Acompanhando as DCNs (2002) para a formação de professores/as da Educação Básica, o estágio passa a computar 400 horas do currículo e a partir da segunda metade do curso. São criadas novas disciplinas, com destaque para aquelas que preveem contato direto com a realidade escolar, como as disciplinas consideradas “estágios intermediários”, quais sejam: “Educação Física na Educação Infantil” (2º semestre), “Educação Física no Ensino Fundamental” (3º semestre), “Educação Física no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos” (4º semestre). O currículo de 2011 manteve os Estágios Supervisionados em Educação Física 1 e 2 (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2011).

Ainda no ano de 2011, como fruto das discussões à época, foi criado o “Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura da FEF/UnB”, documento fundamental que, entre outros elementos, torna obrigatória a realização de estágio em instituição escolar e, prioritariamente, pública. Sendo esse um significativo avanço para a formação de professores/as da FEF/UnB.

Diante de um currículo e de um contexto histórico de mudanças significativas na licenciatura em EF no Brasil e, de modo especial, na FEF/UnB, é importante refletir como essa nova proposta de formação de professores/as e de estágio foi se efetivando na dinâmica curricular com os sujeitos envolvidos, docentes e discentes.

Relato de experiência da disciplina de estágio “Educação Física na Educação Infantil”: contradições, desafios e possibilidades nos ensinamentos presencial, remoto e híbrido.

Este item visa apresentar reflexões críticas a partir de relato de experiência da disciplina “Educação Física na Educação Infantil”, que é considerada um dos estágios intermediários da licenciatura em EF da FEF/UnB, buscando compreender suas contradições, desafios e possibilidades nos ensinamentos presencial, remoto e híbrido.

Um currículo vai se consolidando a partir do movimento da realidade e dos encontros entre os sujeitos e a proposta. Nesse teor, as disciplinas de estágio destacam-se em complexidade em relação às demais, tendo em vista o envolvimento institucional entre universidade, secretaria de educação e escola, e as interações entre estudantes e docentes da faculdade e do campo de estágio.

Medeiros (1998) destaca a importância de uma abordagem de estágio que transcenda a esfera do conhecimento técnico e que seja capaz de fomentar uma reflexão a respeito da intencionalidade política. Ao considerarmos a intencionalidade política, estamos de antemão reconhecendo a dimensão subjetiva dos atores que atuam no âmbito do estágio. Sendo assim, estamos aqui assumindo uma concepção de estágio que considere as produções sociais e subjetivas dos sujeitos envolvidos.

O novo currículo, que consta no PPC do ano de 2011, somente entrou em vigor no segundo semestre de 2013 e o estágio intermediário “Educação Física na Educação Infantil” localiza-se no segundo semestre do curso. De acordo com o Plano de Curso da disciplina, a ementa prevê:

Observação participante do processo de planejamento, intervenção e avaliação de práticas educativas que tematizam a cultura corporal na educação infantil; análise da realidade histórico-social que envolve a infância no Brasil e no Distrito Federal; estudo contextualizado de fundamentos teóricos e de documentos referenciais da educação física para a infância (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2021, p. 1).

Com base na ementa, delinear-se os seguintes objetivos:

Objetivo geral: integrar-se ao contexto da escola a partir da compreensão da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) da Educação Infantil e da Educação Física nesta etapa da Educação Básica, aprendendo a respeitar a criança como sujeito considerando ao mesmo tempo o seu desenvolvimento individual, o contexto sócio-histórico-cultural – dentro deste, o projeto político pedagógico (PPP), e a sua condição de membro da espécie humana para uma educação integral (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2021, p. 1).

Objetivos específicos: 1) Identificar e analisar os fundamentos teórico-metodológicos da proposta pedagógica em desenvolvimento na escola-campo; 2) Vivenciar etapas do trabalho de pesquisa diagnóstica na perspectiva de apropriar-se criticamente do trabalho pedagógico e dos limites e possibilidades da Educação Física, buscando especialmente compreender e vivenciar: a) as especificidades dos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento das crianças; b) as relações entre professor/a, instituição escolar, criança, conhecimento e realidade social; c) as relações entre cuidar e educar na Educação Infantil; d) a prática pedagógica, planejamento, objetivos, avaliação, metodologia e conteúdos da instituição e professor/a supervisor/a (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2021, p. 1).

A disciplina parte da concepção da criança como indivíduo-sujeito biopsicossocial e histórico-cultural e de direitos e que tem no brincar e no movimento dimensões privilegiadas de interação com o mundo (SARMENTO, 2002; ARENHART, 2003; LEITE, 2018). Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2010, p. 12) “[...] é na vivência das suas práticas cotidianas que a criança constrói sua identidade pessoal e coletiva produzindo cultura”.

Com base nessa perspectiva e nos objetivos apresentados, buscamos construir um trabalho de formação de professores/as de EF voltado para a EI que possa favorecer a compreensão da OTP e, ao mesmo tempo, que possa contribuir com o trabalho que já vem sendo realizado na escola-campo e com o próprio desenvolvimento integral das crianças. Nesse sentido, tem sido importante situar junto aos/às discentes o papel da EF na EI recuperando a importância de que “[...] o corpo e o movimento precisam ser incluídos como instâncias de produção cultural” (SAYÃO, 2002, p. 55) e que “[...] quando as crianças brincam, elas o fazem para satisfazer uma necessidade básica que é viver a brincadeira” (Idem, p. 58). Não perdendo de vista a complexidade que está em jogo nessa experiência da criança, o corpo e o movimento são também instâncias de produção do ser nas suas dimensões biológica, psíquica, mental e social, conforme propõe João (2020) a partir da sua concepção de corporeidade/subjetividade humana.

No Distrito Federal há o documento “Currículo em Movimento” (DISTRITO FEDERAL, 2018) que aponta como eixos do currículo da Educação Infantil o brincar e o interagir, o cuidar e o educar. A EF pode, então, contribuir a partir desses eixos com a ampliação das experiências brincantes e de movimento das crianças e a exploração inicial de temas da cultura corporal - danças, ginástica, lutas, esporte, jogos e brincadeiras, práticas de aventura, entre outras (SOARES *et al*, 1992).

O estágio intermediário “Educação Física na Educação Infantil” tem se organizado em unidades temáticas com os seguintes conteúdos: concepções de infância e criança; fundamentos teórico-metodológicos do ensino da EF na EI; OTP da Educação Infantil, contexto sócio-

-cultural e formação humana; planejamento e avaliação. Esses são considerados os fundamentos teórico-práticos, mas que por ser a disciplina de estágio profundamente imbricada com o movimento da realidade, vai sofrendo alterações conforme os temas emergentes, como foi o caso do ensino remoto em decorrência da pandemia de COVID – 19.

Do ponto de vista metodológico, tem-se aqui três momentos distintos da proposta da disciplina: ensino presencial; ensino remoto emergencial e ensino híbrido.

Estágio Intermediário “Educação Física na Educação Infantil” no Ensino Presencial

Até o final do segundo semestre de 2019 vivenciamos o ensino presencial tanto nas instituições de EI do DF, como na universidade.

A disciplina era composta por: Pontos de Encontro - encontros presenciais na FEF/UnB que consistiam em orientações, aulas expositivas, estudos, vivências e discussões articuladas aos aspectos identificados e às experiências na escola-campo; Atuação na escola-campo - que visava a aproximação com a comunidade escolar e realização de pesquisa diagnóstica com e sobre os sujeitos, a OTP da instituição e os elementos da EF ali presentes e, ainda, era realizado um exercício de planejamento e desenvolvimento por meio de um processo de semi-regência junto a uma turma da escola-campo.

A referida disciplina tem um total de 60hs, das quais, aproximadamente, 28hs são destinadas aos Pontos de Encontro e 32hs às atividades na escola-campo. A periodicidade de cada um dos momentos era definida coletivamente. No que concerne às atividades na escola-campo, havia a realização de uma pesquisa de campo (ANDRÉ, 1995; BASTOS, 1999) diagnóstica. Essa, subsidiava as experiências de levantamento de informações nas quais os problemas e potencialidades identificados norteavam o desenvolvimento de propostas, estudos dirigidos, trabalhos escritos e discussões, entre as quais se destaca a semi-regência realizada pelos/as estagiários/as, mediante uma prática pedagógica planejada e sistematizada.

Destaca-se a observação participante como instrumento potente de diagnóstico da realidade e de vínculo dos/as discentes com as crianças e professores/as. Madalena Freire (1996) ressalta na observação participante a visão e a audição como sentidos privilegiados, mas, concordando com Leite (2018), entendemos que ao estar no campo investigado o ato de observar conta com uma doação corporal de quem observa, pois na pesquisa com crianças os sentidos devem ser mobilizados, já que o brincar, o fazer saber predominante da criança, envolve todos os sentidos. Concomitante a esse envolvimento do/a observador/a com toda sua corporeidade, a observação participante pode ser vivenciada a partir do que René Barbier (2002, p.100) denomina de “escuta sensível”, pela qual aquele/a “[...] pode sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro, para compreender do interior as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, de valores, de símbolos e de mitos [...]”.

Além da observação participante, a pesquisa envolve também como instrumentos: análise documental do Projeto Político Pedagógico, entrevista com o/a professor/a supervisor/a da escola e análise da organização do seu planejamento pedagógico.

É importante destacar que o processo de pesquisa buscava ser organizado coletivamente de modo a envolver toda a turma de estagiários/as, sendo que cada dupla ou trio se vinculava a uma turma de crianças. A partir dos elementos advindos da aplicação dos instrumentos, das vivências com as crianças e professor/a, das discussões e estudos no Ponto de Encontro, cada dupla/trio elaborava um planejamento com 2 ou 3 atividades a serem desenvolvidas e avaliadas, com base em uma concepção de que: “Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para com o grupo de crianças” (OSTETTO, 2000, p. 177).

O planejar e o encontro com as crianças mediado pelos conhecimentos permitiam aos/as estudantes realizar um exercício de docência compartilhada com o/a professor/a supervisor/a, o que, segundo relatos dos/as mesmos/as, contribuía sobremaneira com a formação. Ao final do semestre era realizado o Seminário de Estágio, um espaço-tempo de apresentações sobre as experiências, palestras e debates.

Ressalta-se neste período, entre os semestres letivos de 2014 a 2019, que havia por parte de nós, docentes da disciplina, uma busca ativa por instituições públicas e professores/as supervisores/as parceiros/as, mas ainda vivíamos nesta época uma cultura, fruto da constituição histórica do estágio na faculdade conforme pôde ser visto, de cada estudante individualmente estabelecer o contato com a escola-campo de sua escolha, o que desfavorecia o trabalho coletivo e a possibilidade de consolidação de parcerias, especialmente com as instituições públicas, já que muitos optavam por realizar o estágio em instituições privadas. Com o trabalho de sensibilização dos estagiários, paulatinamente, foi tornando-se possível direcioná-los a escolas-campos com as quais estávamos construindo uma parceria.

Considerando o fato da não obrigatoriedade do professor de EF na EI no DF, é importante destacar que ao longo desse período foram, então, realizadas parcerias com escolas da rede pública de ensino que fazem parte do Programa Educação com Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2019). Este programa da SEEDF possibilita que instituições de EI e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tenham a presença do/a professor de EF atuando conjuntamente com o/a professor/a de atividades com formação em pedagogia.

Nesta parceria, os/as professores/as das escolas-campos e de estágio da FEF/UnB realizavam reuniões de avaliação, estudo, discussão e reflexão acerca das atividades desenvolvidas pelos estagiários, o que permitia também envolver questões da OTP entre outras consideradas relevantes.

Estágio Intermediário “Educação Física na Educação Infantil” no Ensino Remoto

Com a declaração da pandemia de Covid-19 pelos órgãos de saúde em 11 março de 2020, as atividades nas escolas e universidades foram suspensas e iniciaram-se os debates sobre como garantir o direito à educação nesse novo e desafiador contexto. A partir da emissão da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação (MEC), foi autorizada a “[...] substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2020). Após um período de intensas discussões mediante as incertezas daquele momento, no dia 13 de julho o ensino remoto emergencial foi iniciado nas escolas vinculadas à SEEDF e, no dia 17 de agosto de 2020, na UnB.

Arruda (2020) destaca que:

[...] O Covid-19 espalhou-se rapidamente pelo mundo em 2020 e gerou a inédita situação de 90% da população estudantil estar isolada em todo o mundo. [...] a excepcionalidade da situação levou inúmeros países a desenvolver ações de educação remota emergencial e com implicações nos diferentes níveis educacionais.

Com a suspensão das atividades de ensino presencial tanto na universidade quanto nas escolas do DF, defrontamo-nos com o desafio de, primeiramente, construir uma reflexão coletiva junto à Comissão de Estágio do curso de licenciatura da FEF/UnB para decidir se seriam ofertados os estágios na condição de ensino remoto. A reflexão girou em torno das perdas e ganhos na formação do/a estudante, ao mesmo tempo da importância de continuarmos em parceria e solidariedade com os/as professores/as e escolas da secretaria de educação num momento histórico tão singular. Chegamos, então, ao consenso de oferecermos os estágios de maneira remota e iniciamos a partir daí um processo de construção da proposta das disciplinas.

A proposta do estágio “Educação Física na Educação Infantil” buscou levar em consideração as condições dos/as estudantes para o desenvolvimento do ensino remoto, para tanto foi realizado um levantamento via questionário junto aos/às discentes sobre os equipamentos, qualidade e ambiente. O levantamento demonstrou que as condições eram diversas, diante deste dado e seguindo, também, as orientações da universidade, buscamos estabelecer estratégias que pudessem incluir parte significativa dos/as estudantes. Nesse sentido, boa parte das atividades foram assíncronas (tarefas, fóruns de discussão, leituras, videoaulas entre outras),

seguidas de aulas síncronas (aulas, debates, entrevista com professoras supervisoras, apresentações de trabalhos).

Para além dos objetivos geral e específicos que constavam no Plano de Curso, incluímos “Compreender o Ensino Remoto e seus limites e possibilidades, em especial, para a Educação Física na Educação Infantil”. Buscamos ir construindo a disciplina conjuntamente com os/as estudantes e em sintonia, também, com as orientações da secretaria de educação.

A Subsecretaria de Educação Básica (SEEDF) disponibilizou aos/às docentes o documento “Escola em Casa - DF” - “Planejamento Curricular - Educação Infantil” (DISTRITO FEDERAL, 2020) que continha elementos gerais do ensino remoto voltado às crianças da EI, bem como as iniciativas que vinham sendo promovidas pela secretaria como o programa de TV “Momento da Educação Infantil”, o uso da plataforma *Google* para o compartilhamento de atividades com as famílias e a elaboração de materiais impressos para as famílias que têm condições restritas ou inexistentes de uso da internet. Havia ainda no documento, uma tabela contendo cronograma de temáticas, campos de experiências e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (BNCC, 2018) organizados semanalmente.

Após um primeiro semestre de ensino remoto na EI, passaram a ser realizadas, também, atividades síncronas realizadas pelo/as professores/as de EF em parceria com professores/as de atividades duas vezes por semana. Nessas aulas, os/as estagiários/as puderam realizar a observação participante da prática pedagógica, bem como do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças ao vivo. As aulas síncronas realizadas pelas professoras duravam em torno de trinta minutos para cada turma, sendo que para as Classes Especiais, voltadas para crianças com deficiência, as atividades eram realizadas apenas com uma criança.

A proposta de estágio buscou acompanhar essas orientações a partir da interlocução com as professoras supervisoras. Um avanço em relação às versões anteriores da disciplina, reconhecido também pelos/as estudantes, foi a possibilidade de todos/as os/as discentes se concentrarem em somente um campo de estágio e que conta com o Programa Educação do Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2019) que, como dito, prevê a presença de professor/a de EF. Essa configuração favoreceu a organização do trabalho coletivo da turma de estágio para a realização da pesquisa, com o estudo coletivo do PPP da instituição, a elaboração de roteiro de entrevista e realização da mesma com as professoras supervisoras, assim como a análise dos materiais didáticos por elas produzidos e direcionados às famílias das crianças.

Destaca-se, a elaboração, por parte dos/as estagiários/as de materiais didáticos com proposição de atividades remotas baseadas no cronograma do documento orientador “Escola em Casa” e nos planejamentos das professoras. Esse foi um desafio para os/as discentes da disciplina no que diz respeito à adequação dos conteúdos para a EI, à linguagem a mais compreensível possível para a famílias, a estética e a consideração do ambiente e objetos de uma casa que pudessem ser facilmente convertidos em materiais pedagógicos e brincantes. A elaboração dos materiais contou com a orientação das professoras supervisoras e dos/as professores/as orientadores/as da FEF/UnB.

Limites importantes do ensino remoto, identificados pela turma de estágio e professores/as supervisoras/as, dizem respeito ao estabelecimento de vínculos com as crianças, ao desenvolvimento de vivências corporais, o envolvimento das famílias e a avaliação do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Estágio Intermediário “Educação Física na Educação Infantil” no Ensino Híbrido

Após dois semestres letivos de estágio realizado no ensino remoto, as/os professoras/es da SEEDF retornaram para as escolas no dia 02 de agosto de 2021 e passaram para o ensino presencial intercalado com atividades remotas, configurando-se assim o ensino híbrido. Com a UnB e a FEF mantendo-se totalmente no ensino remoto, na etapa 1 do Plano de Contingência da Universidade De Brasília (UnB) para Enfrentamento da Pandemia de Covid-19, foi necessário reorganizar a estratégia de ensino, de acompanhamento e de participação nas atividades escolares e das professoras de EF das escolas-campos.

No formato híbrido de ensino, as professoras/es de EF das escolas-campos de EI recebiam metade da turma numa semana e a outra metade na semana seguinte. Na semana em que as crianças não estavam na escola, elas continuavam recebendo as atividades da professora na plataforma *googleclassroom*. Uma mudança significativa para os/as estagiários/as foi o término das aulas síncronas com as crianças e familiares.

Ao iniciarem o acompanhamento das atividades postadas pelas professoras de EF na plataforma utilizada pela escola, os/as estagiários/as verificaram que haviam pouquíssimas postagens de devolutivas das famílias com fotos e/ou vídeos das crianças realizando as atividades. Em reunião pedagógica com essas professoras tivemos também a confirmação do relato dos/as estagiários/as. Elas colocaram que com o retorno das crianças às escolas, e mesmo não sendo no formato presencial, isto é, com as crianças indo todos os dias para a escola, as famílias estavam deixando de realizar as atividades, com a exceção de algumas poucas.

Diante dessa situação e em diálogos e discussões com as turmas de estagiários/as e as professoras supervisoras, chegamos a conclusão que deveríamos abrir e ampliar o período de observação das postagens das atividades. Com isso, ao invés de ficarem restritos a observação das atividades postadas pelas professoras de EF neste primeiro semestre de ensino híbrido, os/as estagiários/as deveriam também observar as atividades postadas no semestre anterior, quando o ensino estava exclusivamente remoto tanto para a SEEDF quanto para a UnB. Essa nova estratégia adotada permitiu que os/as estagiários tivessem um acompanhamento mais longo dos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sobretudo daqueles que suas famílias mantinham as postagens com regularidade, antes e durante o ensino híbrido.

Além de todo o trabalho de pesquisa e observação remota das atividades postadas pelas professoras de EF, os estagiários continuaram realizando as atividades de ensino no formato remoto com os/as professores/as orientadores/as responsáveis pelas duas turmas de estágio intermediário de “Educação Física na Educação Infantil” da licenciatura em EF na FEF/UnB. E, da mesma forma, mantiveram reuniões *on line* com as professoras supervisoras das escolas-campos, mas não participaram ou desenvolveram atividades presenciais.

Tendo em vista o ensino no formato híbrido, os/as estudantes desenvolveram planejamento voltado para o ensino presencial a partir de temas da cultura corporal sugeridos pelos/as professores/as supervisores/as. E, assim como nos dois semestres anteriores de estágio remoto, elaboraram também materiais didáticos com propostas de duas atividades para as turmas que cada dupla ou trio assumiu no início do semestre. Os planejamentos e materiais didáticos foram apresentados e disponibilizados às professoras de EF das escolas-campos, de tal forma que pudessem avaliá-los e desenvolvê-los com as turmas para as quais foram planejadas, se assim considerassem pertinentes e adequadas pedagogicamente. O momento de apresentação dos planejamentos foi bastante significativo para a formação dos/as futuros/as professores/as de EF.

Os/as estudantes analisaram como um ponto positivo a elaboração de planejamento voltado ao ensino presencial e o material didático direcionado ao ensino remoto. Apontaram como limite o fato de não conhecerem a turma para a qual se destinava o planejamento e a impossibilidade de desenvolvê-lo com as crianças em decorrência da UnB ainda se encontrar em ensino, somente, remoto.

Ressalta-se que, neste período, o ensino híbrido encontrava-se em fase incipiente no DF e a vacinação estava em curso, além da insegurança das famílias em decorrência do ainda estado de pandemia, o que gerou, de acordo com os/as professores/as impactos na participação das crianças nos encontros presenciais.

Considerações Finais

O processo histórico que conduziu o desenvolvimento das reflexões críticas e da aproximação da universidade à realidade social da escola brasileira abarcou tanto o cenário da Educação, da EI e da EF, concomitantemente. Ao analisarmos o processo de construção histórica e os condicionantes sociais de um currículo observamos como a disciplina de estágio expressa o movimento da realidade já que é espaço-tempo privilegiado de diálogo entre instituições e

entre sujeitos no contexto da formação de professores/as.

O relato e reflexão crítica ora apresentados são uma síntese da constituição da disciplina de estágio “Educação Física na Infância” em três formatos, quais sejam: ensino presencial, ensino remoto e ensino híbrido. Diante do ineditismo do ensino remoto e do ensino híbrido, buscamos apresentar algumas impressões iniciais e ressaltamos aqui a complexidade da questão escolar e do estágio no contexto da pandemia na busca por garantir o direito à educação tanto por parte dos/as estudantes universitários/as como das crianças da Educação Infantil.

A partir da articulação entre a fundamentação teórica, análise crítica acerca dos currículos da FEF/UnB e o relato de experiência acerca da disciplina de estágio em questão, foi possível elucidar como os condicionantes históricos e sociais impactam, de maneira marcante, a formação de professores/as de Educação Física, compondo seus limites, contradições, possibilidades e avanços.

Referências

ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

APPLE, M. **Ideologia e Currículo**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARENHART, D. **A mística, a luta e o trabalho na vida das crianças do assentamento conquista na fronteira: significações e produções infantis**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

ARRUDA, E. **Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19**. EmRede: v. 7, n. 1, 2020, p. 257-275. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BASTOS, R. **Ciências humanas e complexidades: projetos, métodos e técnicas de pesquisa: o caos, a nova ciência**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano Editora, 2002.

BRACHT, V. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Cadernos Cedes: ano XIX, nº 48, Agosto/99. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvgLQbHv9s/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em 26/03/2022.

BRASIL. Lei n. 4024 de 20 de dezembro de 1961. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 26/03/2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília, DF: CNE - Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf Acesso em: 26/03/2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES 07/2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação – CNE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf Acesso em: 26/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC – Ministério da Educação, SEB – Secretaria da Educação Básica, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf Acesso em: 26/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC – Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 26/03/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19**. Brasília, DF: MEC – Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso em: 26/03/2022.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da educação básica: Educação Infantil**. Brasília: SEEDF, 2018. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-curriculo-em-movimento/> Acesso em: 26/03/2022.

DISTRITO FEDERAL. **Educação Com Movimento: Projeto de inserção do professor de Educação Física na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Brasília: SEDF/GDF, 2019. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/01/educacao_com_movimento_31.03.2020.pdf Acesso em: 26/03/2022.

DISTRITO FEDERAL. Escola em Casa DF. **Planejamento Curricular Educação Infantil**. SEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Subsecretaria de Educação Básica Diretoria de Educação Infantil, 2020.

FEF/UnB - FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Pedagógico de Curso – Licenciatura**. 2011.

FEF/UnB - FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Pedagógico de Curso – Bacharelado**. 2016.

FEF/UnB - FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Regulamento de Estágio – Licenciatura**. 2011.

FEF/UnB - FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano de Curso Educação Física na Educação Infantil**. 2021.

FREIRE, M. **Observação, registro e reflexão – Instrumentos Metodológicos I**. 2ª ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

JOÃO, R. **Corporeidade/subjetividade humana e psicoterapia corporal em Biossíntese: articulações entre o pensamento complexo e a psicologia clínica**. 2020. 415 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília 2020.

IORA, J. *et al.* **A divisão licenciatura/bacharelado no curso de educação física: o olhar dos egressos**. Movimento: Porto Alegre, v. 23, n. 2., p. 461-474, abr./jun. de 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/63979> Acesso em: 11 dez. 2021.

KUHLMANN JR, M. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação: Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rbedu/a/CNxbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11/12/2021.

LEITE, J. **Ser Criança Camponesa no Cerrado**. 230 f. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília. 2018.

MEDEIROS, M. **Didática e prática de ensino da educação física: para além de uma abordagem formal**. Goiânia: Ed. do Autor. 1998.

OSTETTO, L. Planejamento na Educação Infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: **Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágio**. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

SACRISTÁN, J. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SARMENTO, M. **Infância, exclusão social e educação como utopia realizável**. Educação, Sociedade e Culturas: nº 17, p. 13-32, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/es/a/KFYtzND57z8FLthFSZ3yCrB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 5 dez. 2021.

SAYÃO, D. **Corpo e movimento: alguns desafios para a Educação Infantil**. Zero-a-seis: v. 4, n. 5, jan./jun., 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosseis/article/view/11156> Acesso em: 11 dez. 2021.

SOARES, C. *et al.* **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

VENTURA, P. **Universidade: espaço privilegiado para a formação de professores de Educação Física**. Linhas Críticas: Brasília, DF, v. 17, n. 32, p. 77-96, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3682> Acesso em: 11 dez. 2021.

Recebido em: 24 de novembro de 2021.

Aceito em: 29 de novembro de 2021.